

OPERAÇÃO PAPIROS DE LAMA - PÁGINA 3

Preso pela segunda vez, Puccinelli desta vez passa noite na cadeia



DESEMBARGADOR MANDA SOLTAR - PÁGINA 3

Investigadores criticam soltura relâmpago de Puccinelli

Servidores questionam reforma previdenciária e propõem auditoria



INCONSTITUCIONAL - PÁGINA 7

Fórum dos Servidores Públicos e OAB-MS estudam legitimidade de projeto da Reforma da Previdência

SAÚDE - PÁGINAS 4 E 5

Vacinação Antigripe 2018: Campanha é lançada na '7ª Corrida Saúde Cassems'



REFORMA PREVIDENCIÁRIA DEIXARIA DISPONÍVEIS PARA O EXECUTIVO ESTADUAL R\$ 400 MILHÕES DOS SERVIDORES. Página 6

SINDIJUS - PÁGINA 8

Servidores vencem 1ª batalha contra destruição da Previdência Estadual



14% NÃO - PÁGINA 7

Sindsad-MS fortalece a luta contra Reforma da Previdência dos servidores



ARTIGO - PÁGINA 2

Golpe na Previdência de MS: O momento é de cobrar dos deputados estaduais

ARTIGO

“Golpe na Previdência de MS”: O momento é de cobrar dos deputados estaduais

*Thiago Monaco Marques

Nós PMs, Bombeiros militares e demais servidores públicos do Estado das mais diversas categorias, não temos mais como falar “meias palavras”, estamos próximos de um grande e articulado “golpe previdenciário”, que sangrará de morte os nossos direitos.

O que torna esta ação mais covarde é o fato dela ter sido orquestrada e posta em prática, depois de três anos consecutivos de congelamento do reajuste salarial.

Primeiramente temos que separar a figura do governador Reinaldo Azambuja (PSDB) que representa o Estado do “político” que tempo-

ariamente exerce esta função.

Atualmente o governador insiste em ignorar os PMs e Bombeiros, seja na questão salarial ou previdenciária.

Discurso diferente de quando era candidato ao governo em 2014, e de outros que fez quando já administrava o Executivo.

Este Fato pode ser comprovado em diversas declarações em que a “mais alta autoridade de MS” se comprometeu em valorizar a categoria.

É a primeira vez que um governo eleito se vangloria em aplicar a lei de promoções para os segmentos da PM e do Bombeiro, como algo extraordinário, como se não fosse

direito da categoria ter ascensão funcional prevista no estatuto ao longo da carreira.

Mais absurdo é o governo não repassar as perdas inflacionárias que hoje estão em torno de 21%. E ao ser questionado judicialmente alegar que já concedeu até 37% de aumento para a classe em três anos.

Se não bastasse todo esse enredo, sem um amplo debate, enviou um projeto maléfico para Assembleia Legislativa que altera a legislação previdenciária, mesmo tendo anteriormente se comprometido publicamente em aguardar a discussão da matéria no Congresso Nacional.

Com este cenário de perversidades, inver-

dades, falácias e afins, uma manobra maquiavélica foi construída onde grande parte da “mídia marrom” aparentemente foi contratada para distorcer os fatos. Pior ainda foi a manobra perversa do governador que em segredo jogou a responsabilidade pela aprovação do projeto para a Assembleia Legislativa, onde possui o voto da maioria dos deputados estaduais.

Neste momento é bom nos questionarmos. Será que os deputados estaduais irão se lembrar dos votos que tiveram do funcionalismo público? Não seria relevante primeiro a realização de uma auditoria na Ageprev, antes do projeto ser votado?

Diante de tantas de-

núncias de corrupção divulgadas pela mídia estadual e nacional envolvendo integrantes da administração estadual e o próprio Reinaldo Azambuja, mostram que este governo não tem condição moral para fazer uma reforma previdenciária que coloca em risco os mais de R\$ 400 milhões do fundo previdenciário utilizado para pagar as aposentadorias dos servidores.

Por isso, conclamo aos servidores a fortalecer as mobilizações em defesa da nossa previdência, porque estão querendo surrupiar nosso patrimônio sobe a alegação de um déficit que é totalmente desconhecido pelos servidores.

Vamos às ruas e para dentro da Assembleia



Legislativa cobrar duramente os deputados estaduais para que votem contra o projeto. Ao mesmo tempo vamos usar as redes sociais para mostrar a nossa indignação contra um governo marcado pela corrupção.

**É presidente da Associação dos Sub-tenentes e Sargentos da PMMS e um dos coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de MS*

Entidades vão à luta contra reforma maléfica da Previdência

II A Associação dos Oficiais Militares de MS (AOFMS), juntamente com as entidades representativas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, participou na tarde de terça-feira (14), na sede da Fetems, da Audiência Pública com o título de DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA - Sem transparência, o servidor paga essa conta!

As entidades classistas da

segurança pública estão na luta contra a denominada REFORMA DA PREVIDÊNCIA, querem a retirada imediata do projeto da Assembleia, pois não teve nenhuma discussão com a categoria. Ainda pedem, em caráter de urgência, uma auditoria independente, pois o governo divulga um déficit da Previdência no Estado de R\$ 1,2 bilhão, mas não sabem e não querem mostrar

como essa conta é feita.

O presidente da AOFMS, coronel Alírio Villsanti Romero, pontua que “a Previdência é dos servidores e não do governo” e lembra das especificidades dos militares estaduais. “A categoria possuem apenas 6 dos 34 direitos constitucionais trabalhistas conferidos aos servidores civis, pois não podem fazer greve, ser sindicalizados ou

filiados a partidos políticos, não possuem FGTS, hora extra, carga horária regulamentada e ainda estão sujeitos a preceitos rígidos de hierarquia e disciplina (Regulamento Disciplinar e Código Penal Militar), dentre outros”, destacou o presidente.

As entidades pedem um amplo debate sobre o assunto para que essa questão, que pode causar grandes prejuízos aos



policiais e bombeiros militares de Mato Grosso do Sul, seja resolvido da melhor forma possível.

“Os policiais e bombeiros militares colocam permanentemente suas

vidas em risco durante o serviço e no horário de folga, sendo, comprovadamente, uma das profissões mais estressantes do mundo, merecem respeito”, reforça o Coronel Alírio Villasanti.

Polícia Federal prende Puccinelli e o filho

II A Polícia Federal (PF) prendeu na terça-feira (14) o ex-governador de Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB), e filho dele, André Puccinelli Júnior, ao deflagrar a 5ª fase da operação Lama Asfáltica, batizada de Papiros de Lama.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A delação do pecuarista Ivanildo da Cunha Miranda foi o ponto de partida para a prisão do ex-governador de Mato Grosso do Sul.

Ivanildo é apontado como operador de propinas e foi citado em outra delação, de executivos da JBS.

O ex-governador já tinha sido alvo de buscas em maio deste ano no âmbito da mesma operação e, em 2016, numa outra

investigação batizada de Fazendas da Lama. A ação policial buscava cumprir dois mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária, seis de condução coercitiva, 24 de busca e apreensão em Campo Grande (MS), Nioaque (MS), Aquidauana (MS) e São Paulo (SP), além do sequestro de valores nas contas bancárias de pessoas físicas e empresas investigadas.

A operação apura desvios de recursos públicos por meio do direcionamento de licitações, superfaturamento de obras, aquisição fictícia ou ilícita de produtos, financiamento de atividades privadas sem relação com a atividade-fim de empresas estatais, concessão de créditos tributários com vistas ao recebimento de propina e corrupção de agentes públicos.

Os recursos desviados passaram por processos elaborados de ocultação da origem, resultando na configuração do delito de lavagem de dinheiro.

Segundo nota da PF, a fase deflagrada na terça “decorre da análise dos materiais apreendidos em fases anteriores, cotizados com fiscalizações, exames periciais e diligências investigativas e, ainda, corroborados por depoimentos de colaboradores, os quais participaram do esquema”.

A PF afirma que a propina paga no esquema era mascarada para dar falsa impressão de licitude ao aumento patrimonial dos integrantes da quadrilha ou simular maior sustentação financeira aos seus projetos. Os investigadores estimam que os prejuízos causados passam dos R\$ 235 milhões.



Preso pela segunda vez, André Puccinelli desta vez passou a noite na cadeia

Investigadores criticam soltura relâmpago de Puccinelli e do filho

CAMPO GRANDE NEWS

A decisão do desembargador Paulo Fontes que mandou soltar o ex-governador André Puccinelli (PMDB) e o filho dele, André Puccinelli Junior, 30 horas após o cumprimento da prisão pela Polícia Federal, provocou estranhamento e críticas entre os investigadores que cuidam do caso. O *Campo Grande News* apurou que a principal pergunta entre eles é sobre como, em cerca de 12 horas, o magistrado e sua equipe conseguiram analisar os documentos que embasaram a prisão. São quase 300 páginas.

A reportagem conversou com dois dos investigadores e eles sustentaram a opinião de que foi tudo rápido demais para o tamanho do conteúdo a ser analisado. Na terça-feira, durante a audiência de custódia, diante do pedido da defesa de revogação da prisão, o juiz reponsável, Ney Gustavo Paes de Andrade, rejeitou a solicitação e comentou que a decisão, bastante extensa, apresentava elementos que o convenceram da necessidade de prisão preventiva.



Desembargador Paulo Fontes que, novamente, decidiu favoravelmente a André Puccinelli

São 266 páginas de documentos, considerando a representação pelas prisões, a decisão que concedeu as ordens de prisão e o termo de acordo da delação premiada de Ivanildo da Cunha Miranda, que desencadeou a 5ª fase da Lama Asfáltica, chamada Papiros de Lama, por envolver o esquema que “esquentava” transações consideradas irregulares.

Os investigadores apontam que, para decidir, o magistrado precisava se inteirar dos conteúdos do pedido das prisões, com 156 páginas, do acordo, onde consta as declarações do delator Ivanildo Miranda, com 30 páginas, e da decisão das prisões, com 80 páginas.

O pedido de habeas corpus foi feito pelo advogado Antonio Mariz, amigo pessoal do presidente

Michel Temer, no fim da tarde de quarta-feira (14). Paulo Fontes teve cerca de dez horas – sem considerar o período de repouso – para analisar os documentos, tomar a decisão e redigi-la.

Em primeiro grau, o pedido foi formulado em 25 de setembro e a determinação das prisões do juiz Ney Gustavo Paes de Andrade, da 3ª Vara Federal de Campo Grande, data de 31 de outubro. Foram 36 dias transcorridos até ele acatar parcialmente os pedidos. A PF havia solicitado 10 prisões, mas foram concedidas 4.

Paulo Fontes é o mesmo juiz que, em maio, concedeu parcialmente os pedidos feitos pela defesa de André Puccinelli. O magistrado substituiu o uso da tornozeleira por outras medidas restritivas.

Vacinação Antigripe 2018: Campanha é

II O beneficiário Cassems interessado em se vacinar contra a gripe já pode reservar sua dose pelo Portal do Beneficiário (beneficiario.cassem.com.br) até o dia 15 de dezembro. A Campanha Anti-gripe 2018 foi lançada no sábado (11), durante a “7ª Corrida Saúde Cassems-Noturna”. Apenas o titular do plano poderá garantir a sua dose e do seu grupo familiar. Para mais informações, o beneficiário deve ligar na Central de Atendimento (67) 3314-1010. O valor de cada dose é de R\$ 60,00.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Este é o sexto ano no qual a Caixa dos Servidores realiza a campanha de vacinação para os servidores públicos e seus familiares, que tem como objetivo reduzir as interações decorrentes das infecções causadas pelo vírus influenza. O Sistema Único de Saúde (SUS) distribui a vacina apenas para crianças menores de dois anos, gestantes e idosos acima de 60 anos, considerados grupos de risco. Dessa forma, uma grande parcela da população fica vulnerável ao vírus e suas consequências no período de inverno.

A vacina protege contra os diversos subtipos do vírus da H1N1 e, na Cassems, pode ser tomada a partir

Com a gripe, você não pode
VACILAR.
É preciso **VACINAR.**

Garanta sua dose pelo
PORTAL DO BENEFICIÁRIO
até 15 de dezembro de 2017.
BENEFICIARIO.CASSEMS.COM.BR

**DOSES

LIMITADAS

GARANTA A SUA**

A gripe pode **MATAR**
A **PREVENÇÃO** é o melhor remédio.

CASSEMS
Sempre à frente, cuidando de você.

cassem.com.br [/cassem](https://www.facebook.com/cassem) [/tvcassem](https://www.youtube.com/c/cassem)

dos três anos de idade. É importante saber que os subtipos do vírus podem variar de um ano para o outro. Devido a essa mutação dos vírus, a com-

posição e a produção da vacina também mudam a cada ano. Por essa razão é necessário se vacinar anualmente contra a influenza.

Principais sintomas da gripe: febre alta e calafrios, dor de garganta, tosse e dor de cabeça e nariz entupido e dores no corpo.

Para a diretora de Assistência à Saúde da Cassems, Maria Auxiliadora Budib, o agendamento é necessário porque a vacina tem sua composição

alterada anualmente, devido aos novos vírus que entram em circulação, e os laboratórios atendem aos pedidos apenas no início de cada ano.

lançada na '7ª Corrida Saúde Cassems'

Semana On



viduais ou para todos do grupo familiar. É importante ressaltar que somente será possível agendar a vacinação e garantir a dose após a efetivação do pagamento. Só estarão aptos a participar da Campanha de Vacinação H1N1/2018 os beneficiários Cassems com idade superior a 3 anos completos até 01/04/2018.

5) Após a seleção das pessoas, deve-se clicar no botão "Gerar Boleto".

6) Após a leitura do Termo de Responsabilidade, para a continuidade no processo de ingresso na Campanha de Vacinação H1N1/2018, o beneficiário deve clicar no botão "Aceitar", indicando que está de acordo com as normas deliberadas para a referida campanha.

7) Após gerar o boleto, o beneficiário deverá imprimi-lo e pagá-lo.

8) Depois do pagamento e do período de compensação (de no máximo 48 horas úteis), o beneficiário titular deverá acessar novamente o Portal do Beneficiário, seguindo os passos de 1 a 3 e clicar na opção "2-AGENDAMENTO", dando continuidade ao processo de ingresso na Campanha de Vacinação H1N1/2018. O beneficiário deve fazer o agendamento das pessoas de seu grupo familiar que foram incluídas no pagamento do boleto, atentando-se ao local, dia e período em que cada pessoa estará agendada para receber a aplicação.

9) Efetivado o agendamento, o beneficiário deverá imprimir o protocolo de agendamento individualizado, para apresentá-lo no local, na data e no período marcados para a aplicação de sua dose da vacina. Junto com o protocolo de agendamento, os seguintes documentos deverão ser apresentados: Cartão Cassems, documento de identificação com foto e carteira de vacinação.

Serviço

O beneficiário Cassems que quiser fazer o agendamento para a vacinação contra a gripe H1N1 deve acessar o Portal do Beneficiário pelo beneficiariocassem.com.br. O agendamento pode ser feito até o dia 15 de dezembro de 2017. Para mais informações, o beneficiário deve ligar na Central de Atendimento (67) 3314-1010. O valor de cada dose é de R\$ 60,00.

Em parceria, Hospital Cassems de Paranaíba realiza primeira cirurgia de alta complexidade

II O Hospital Cassems de Paranaíba, em parceria com o Instituto Grechinski de Endoscopia e Cirurgia Digestiva, realizou, no final de outubro, a primeira cirurgia de alta complexidade da unidade. Conduzido pelos médicos especialistas em cirurgia digestiva Guilherme Grechinski e Igor Luna Peixoto, o procedimento foi para a retirada de um cisto localizado no fígado e que estava obstruindo as vias biliares da paciente.

De acordo com Grechinski, essa cirurgia era muito delicada e o hospital Cassems de Paranaíba forneceu toda a estrutura necessária para que fosse feita com sucesso. "Graças ao suporte do hospital Cassems a paciente se recupera bem e já teve alta hospitalar. São parcerias como essa que precisamos para garantir um atendimento em saúde de qualidade", comemora.

Soraya Rita Eterna de Lima, gerente do Hospital Cassems de Paranaíba, também comemora o sucesso da cirurgia. Para ela, o empenho das equipes do hospital e dos médicos que conduziram o procedimento só reflete a vontade de fazer mais e cada vez melhor para a comunidade que é atendida pela unidade hospitalar. "Temos profissionais excelentes aqui em nossa unidade. Com a estrutura adequada para que eles possam atender bem aos pacientes, sem dúvidas só iremos crescer", finaliza.



Hospital de Paranaíba tem estrutura para cirurgias complexas

W Trabalhamos conforme a solicitação e quem não reservar dificilmente será vacinado, pois não há estoque desses produtos. Os nossos beneficiários são, em sua maioria, servidores públicos que circulam em ambientes de trabalho com muitas pessoas e são expostos aos vírus da gripe. Com a vacinação, teremos a saúde preservada, sem intercorrências clínicas e, assim, diminuimos a taxa de morbimortalidade"

Maria Auxiliadora Budib

Diretora de Assistência à Saúde da Cassems

Confira o passo a passo para acessar e agendar sua vacina:

1) Com sua matrícula e senha, o beneficiário titular deverá acessar o Portal do Beneficiário por meio do endereço: <https://beneficiariocassem.com.br>.

2) Após o acesso ao Portal do Beneficiário, acesse a opção "Campanha de Vacinação", disponível no menu lateral esquerdo.

3) Na tela de Vacinas Disponíveis, clique no botão "Agendar".

4) O beneficiário deverá realizar a seleção das pessoas do seu grupo familiar que irão participar da Campanha de Vacinação H1N1/2018, gerando o boleto para o pagamento na fase "1-PAGAMENTO". Neste momento, o beneficiário tem a possibilidade de gerar boletos indi-

Servidores e deputados questionam Reforma Previdenciária estadual e propõem auditoria

II A discussão sobre os efeitos de uma possível revisão ou desfazimento da segregação da massa dos segurados, proposta pelo Governo do Estado, voltou a ser debatida pelos deputados estaduais. Na sessão de terça-feira (14/11), Dr. Paulo Siufi (PMDB) usou a tribuna para pedir cautela com relação ao trâmite da matéria. Pedro Kemp (PT) propôs que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa contrate uma auditoria para que seja feito um diagnóstico da previdência dos servidores estaduais.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Siufi fez uma análise da

Nota Técnica 03/2015, da Secretaria de Políticas de Previdência Social, que detalha as principais alterações sugeridas pelo projeto de Reforma Previdenciária. “Os técnicos, contabilistas e auditores comprovam que a revisão ou desfazimento da segregação da massa impossibilita a efetivação de política pública de construção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência. A Assembleia não pode aprovar a reforma estadual a toque de caixa. É preciso construir um diálogo sob pena de prejudicar os servidores públicos”, alertou.

Kemp discorda com a justificativa do Governo

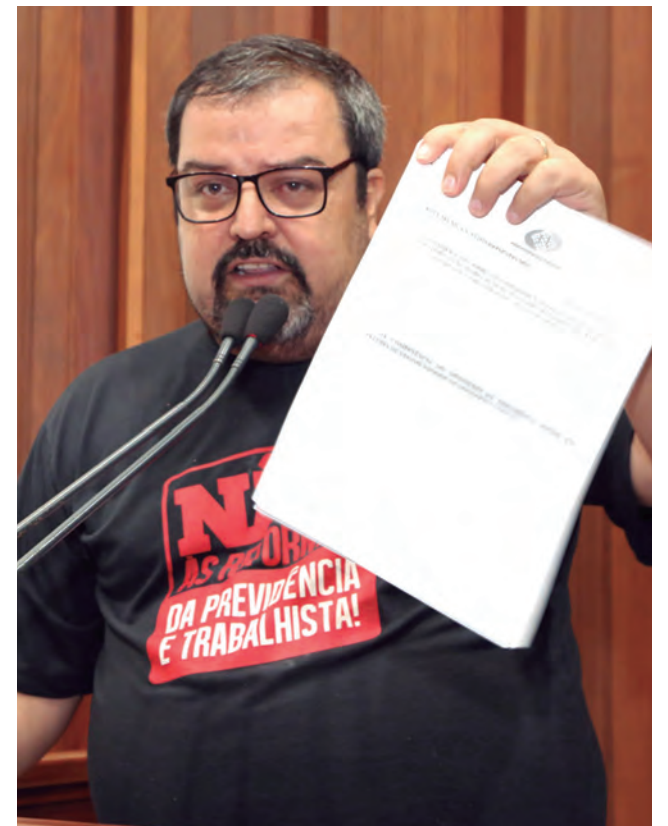
do Estado de equacionar o déficit. Para ele, o Executivo pretende usar os R\$ 400 milhões da massa segregada em ano eleitoral. O deputado propôs a realização de uma auditoria. “É necessária uma auditoria e a efetiva participação popular, para que se tenha a conta do quanto foi subtraído desse patrimônio da classe trabalhadora”. Cabo Almi (PT) concordou com a proposta e avaliou o texto da reforma enviado à Casa de Leis como uma solução inadequada e equivocada.

Amarildo Cruz (PT) disse que a reforma agrava as finanças públicas e cobrou o posicionamento da Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Redação (CCJR) da Casa de Leis. “São fatos a inconstitucionalidade e ilegalidade da matéria em questão. A massa segregada foi criada justamente para acabar com o déficit. Propor sua extinção e a junção dos fundos é um escárnio”, disparou.

Dentre as mudanças propostas pelo Projeto de Lei 253/2017, estão o aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%, do patronal de 22% para 28%, a criação da Previdência Complementar ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a revisão do plano financeiro e previdenciário e a sistematização em um plano único.

Fórum dos Servidores



Servidores lotam Fetems em Audiência Pública e pedem CPI para investigar as irregularidades existentes na Previdência do Estado

II No dia 14 de novembro foi realizada no auditório da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), a audiência pública ‘Déficit da Previdência - Sem a Transparência o Servidor Paga essa Conta!’, de proposição do deputado estadual Amarildo Cruz (PT), em parceria com a Fetems.

Mais de 700 servidores

e servidoras lotaram o auditório da Federação, onde definiram durante a audiência, que será criada uma comissão de deputados juntamente com a representação da Fetems e do Fórum dos Servidores, se reunirem com o governador Reinaldo Azambuja (PMDB), para solicitar que seja retirado o Projeto de Lei 253/2017.

“Temos que mobilizar os

servidores públicos para que esse projeto seja retirado da pauta da Casa de Leis. Não aceitamos emendas. Realizamos um debate, de forma democrática”, enfatizou o presidente da Fetems, Jaime Teixeira.

Caso não seja retirada a proposta, será criada uma CPI para investigar as irregularidades existentes na Previdência do Estado.



Jaime Teixeira, da Fetems

Representando o Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, Ricardo Alexandre Bueno qualificou o projeto de lei como “absurdo”. “Houve um desrespeito total com os servidores. O Executivo disse que conversaria com as categorias antes de enviar a proposta para a Assembleia Legislativa. Esse projeto deve ser retirado da Casa de Leis e debatido com os trabalhadores”, afirmou. Ele também defendeu uma análise minuciosa das contas da Previdência es-

tadual antes de qualquer proposição.

“É preciso abrir a ‘caixa preta’ da Ageprev e fazer um levantamento da situação antes de discutir qualquer proposta. O Fórum Dialoga, instituído no início do Governo, não funcionou. Não se pode aprovar um projeto desses, que mudará a vida de todos nós, sem que haja o debate”, reiterou Bueno, que também preside o Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social (SINT-SS-MS).

Fórum dos Servidores Públicos e OAB-MS estudam legitimidade de projeto da Reforma da Previdência

II Na quinta-feira (16), o diretor jurídico do Sinpol-MS, Max Dourado, e o advogado do sindicato, José de Melo Junior, reuniram-se com os membros da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Mato Grosso do Sul, Reinaldo dos Santos Monteiro e Marcos Pereira Costa de Castro, para debater o teor da proposta de Reforma da Previdência estadual. Segundo a comissão, o projeto apre-

sentado pelo governo estadual tem vícios de inconstitucionalidade e poderá ser questionado judicialmente. Segundo Max, o Fórum dos Servidores Públicos de MS está avaliando todas as formas possíveis para impedir que esta reforma nefasta prejudique os servidores. “A Previdência deveria garantir uma aposentadoria digna para o servidor público que dedicou décadas a atender o cidadão, mas da forma que está,

a reforma retira mais dinheiro do bolso do servidor, sem a certeza se no futuro haverá o benefício”, declarou. Participaram também do encontro representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social (SINTSS-MS), Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária de MS (Sinsap-MS) e da Associação dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais Policiais e Bombeiros Militares de MS (ABSS-MS).



Integrantes do Fórum dos Servidores reunidos com membros da Comissão de Direito Previdenciário

Sindsad fortalece luta contra Reforma da Previdência dos servidores estaduais

II A diretoria do Sindsad-MS (Sindicato dos Ser-

vidores Administrativos), participa ativamente das

manifestações contra o projeto de Reforma da

Previdência dos servidores estaduais, remetida para a Assembleia Legislativa/MS, pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB).

O projeto é complexo e não foi debatido com as entidades representativas dos servidores públicos. A proposta do Governo propõe alterações polêmicas no sistema previdenciário atual como a criação da Previdência Complementar ao RPPS, revisão dos planos financeiro e previdenciário, alteração da alíquota de contribuição dos segurados ativos e inativos, de 11% para 14% para os servidores, e de 22% para 28%, a contribuição do governo, além da criação de um fundo previdenciário único, com os recur-

sos da massa segregada que hoje está em R\$ 400 milhões.

No dia 14 de novembro, o Sindsad participou no auditório da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), da audiência pública ‘Déficit da Previdência - Sem a Transparência o Servidor Paga essa Conta!’.

Mais de 700 servidores lotaram o auditório da Federação, onde definiram durante a audiência, que será criada uma comissão de deputados juntamente com a representação dos servidores, para se reunirem com o governador, para solicitar que seja retirado o Projeto de Lei 253/2017, que trata da reforma.

“A diretoria do Sindsad, está na luta com os demais sindicatos, contra este projeto nefasto do Governo. Não podemos aceitar que alterem nossa previdência e coloquem em risco o dinheiro do fundo previdenciário que pertence aos servidores”, comentou Lílian Fernandes, presidente do sindicato.

O Sindsad representa os servidores da Setass (Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária), dos Ceinfs (Centros de Educação Infantil), Uneis (Unidades de Internação), Agiosul (Agência de Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul), entre outros. No total são cerca de três mil servidores.



Sindsad-MS participa ativamente das manifestações contra o projeto de Reforma da Previdência

Servidores vencem 1ª batalha contra destruição da Previdência Estadual

II Servidores de diversas categorias do serviço público Estadual estiveram na terça-feira (14) na Assembleia Legislativa desde as 8:30 para pressionar os deputados a rejeitarem ou adiarem a votação do Projeto de Lei da Reforma da Previdência, apresentado pelo Poder Executivo sem qualquer debate prévio com os servidores ou setores técnicos do próprio Estado.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Pela direção do SINDIJUS-MS estiveram presentes o presidente Fabiano Reis, vice Leonardo Lacerda, Tesoureiro Edison Lange, além de vários filiados da ativa e aposentados. Tendo o Fórum dos Servidores Públicos marcado presença com inúmeros presidentes de sindicatos e associações e servidores.

O Projeto não foi pauta da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) que ocorre semanalmente às terças-feiras cujo parecer é obrigatório para então a matéria ser votada em duas sessões no plenário. Portanto, apenas na próxima terça-feira com eventual apreciação na CCJ é que o projeto pode ter prosseguimento.

Durante a sessão o deputado Paulo Siufi (PMDB) fez um longo discurso, com argumentos técnicos, questionando a falta de debate aprofundado sobre a Previdência, manifestando ser contra a aprovação do Projeto de Lei pelas informações atuais caso não sejam apresentadas razões pelo governo.

Também se manifestaram expressamente contra o projeto os deputados Amarildo Cruz (PT), que ajudou na organização da Audiência

Pública sobre a Previdência do período vespertino, o deputado Pedro Kemp (PT) que sugeriu uma auditoria nas contas da Previdência antes de qualquer votação, bem como o deputado Cabo Almi (PT), deputado Lídio Lopes (PEN).

Posteriormente foi dada a palavra para um dos Coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos, Ricardo Bueno (SINTSS), que expôs de forma enfática a falta de transparência do governo ao não dialogar com os representantes dos servidores, descumprido promessa. Cobrou o posicionamento de todos os deputados em favor dos servidores, alertando que muitos foram a favor do Regime Previdenciário superavitário (segregação de massa) em 2012, que agora o Governador quer destruir para obter acesso aos seus depósitos, que podem chegar a 400 milhões de reais deposi-



Fabiano Reis é presidente do Sindijus e um dos coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos

tados pelos servidores. Por fim, lembrou que os servidores públicos têm famílias, são formadores de opinião e se lembrarão de cada um dos deputados e seu posicionamento no momento da eleição.

Durante a tarde foi realizada Audiência Pública no auditório da FETEMS, contando com grande número representantes de Classe e servidores, incluindo participantes do Fórum dos Servidores Públicos, Presidente do Conselho da Previdência, Diretor da AGEPREV, etc.

Também estiveram presentes o Presidente da Assembleia Legislativa, Junior Mochi (PMDB), que se comprometeu em não impor uma tramitação urgente do projeto sem debates prévios, bem como o deputado Renato Câmara (PMDB) que fez o compromisso de votar de forma consciente e só formar sua convicção após obter informações detalhadas acerca do tema. Por outro lado o Deputado Coronel Davi (PSC) manifestou seu voto contrário ao projeto, reiterando que atuará em defesa dos servidores, e no mesmo sentido foi o

posicionamento do deputado João Grandão (PT).

Em breve divulgaremos mais informações, sendo que a conclusão atual é de que ambas as manifestações foram um sucesso, tendo os servidores vencido a primeira batalha, evitando a tramitação injustificadamente rápida do projeto, divulgando suas inconsistências aos servidores, população e deputados. Igualmente foi consagrada força dos servidores e da união de diversas entidades representativas em prol do mesmo objetivo.



PLACAS DECORATIVAS

- ✓ Fabricado em MDF espessura 3mm
- ✓ Impressão de alta qualidade
- ✓ Acompanha fita dupla face já fixada no quadro
- ✓ Acabamento verniz fosco
- ✓ Maior resistência a umidade e ao mofo.

99104-2489

POR ^{DE} **RS 15,00**
RS 10,00

FORMATO 27x19cm
HORIZONTAL OU VERTICAL